



ACÓRDÃO Nº 1167/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11568/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IO.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Luis Augusto Mitoso Junior (Ordenador de Despesa) e Cícero José de Lima Alencar (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6286/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - IO. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Encaminhamento. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Luis Augusto Mitoso Junior**, Ex-Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Amazonas, período de 01/01/2018 a 21/05/2018, com fundamento no art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso III, alínea “b” da Lei nº 2.423/96, c/c art. 5º, inciso II e art. 188, §1º, inciso III, alínea “b” da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, considerando realização de despesas com fragmentação, na compra de produtos de mesma natureza e a dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em Lei;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Cícero José de Lima Alencar** – Ex-Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Amazonas - período de gestão de 22/05/2018 a 31/12/2018, com fundamento no art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso III, alínea “a” da Lei nº 2.423/96, c/c art. 5º,



ACÓRDÃO Nº 1167/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

inciso II e art. 188, §1º, inciso III, alínea “a” da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, tendo em vista a ausência de procedimentos formais de contratação de fornecedores e a dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em Lei;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Luis Augusto Mitoso Junior no valor de R\$ 15.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 25, parágrafo único c/c art. 54, “*caput*” da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, tendo em vista a realização de despesas com fragmentação, na compra de produtos de mesma natureza e a dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em Lei;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Cícero José de Lima Alencar no valor de R\$ 15.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 25, parágrafo único c/c art. 54, “*caput*” da Lei nº 2.423/96; bem como o art. 190, inciso II c/c art. 308, inciso VI da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, tendo em vista a ausência de procedimentos formais de contratação de fornecedores e a dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em Lei;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº 1167/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.5. Encaminhar** cópia dos autos ao **Ministério Público do Estado do Amazonas** para providências que entender cabíveis, em observância ao art. 102 da Lei 8.666/93;
- 10.6. Dar ciência** ao **Sr. Luis Augusto Mitoso Junior** sobre a decisão;
- 10.7. Dar ciência** ao **Sr. Cícero José de Lima Alencar** sobre a decisão.
- 11- Ata:** 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 4 de Novembro de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral